

O ENSINO DE HISTÓRIA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: A COMPLEXIDADE METODOLÓGICA ENVOLVIDA NO PROCESSO DO ENSINO.

Evelyn Lima Medeiros¹

Karla Alexandra Dantas Freitas Estrela²

RESUMO

A disciplina de História nas séries iniciais do ensino fundamental tem passado por variadas transformações a partir do momento em que ela foi desvinculada da disciplina de Geografia, tornando-se uma disciplina única e com suas características próprias. Neste sentido, o presente estudo objetiva compreender a complexidade envolvida no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de História nos anos iniciais do ensino fundamental, mediante o fato de que quem ministra tal disciplina são pedagogos e não historiadores, bem como a grande preocupação sobre a importância dos métodos de ensino em todo o campo educacional, além da História, sobretudo no ensino voltado às crianças pequenas. Mesmo assim, há pouco material que se aprofunde sobre o assunto. Portanto, torna-se de grande relevância levantar dados atualizados que demonstrem as potencialidades interativas que contribuam para a reflexão de estudantes e profissionais da educação sobre como o ensino de História nos anos iniciais do EF pode se tornar mais atrativo e significativo. No decorrer do estudo observamos que a disciplina de História tem sofrido, ao longo do tempo, inúmeras transformações, sobretudo em sua prática nos anos iniciais da educação básica, e que dentre as principais técnicas elencadas a fim de facilitar no processo de aquisição de competências históricas neste nível de ensino, destaca-se a dialogicidade em sala de aula, que poderá fomentar a ação comunicativa através do argumento, trazendo para o espaço escolar elementos próprios da memória e construtores da pretensão de validade existente no aluno.

Palavras-chave: Educação. Ensino Fundamental. Ensino de História. Pedagogia.

INTRODUÇÃO

O curso de Pedagogia, no decorrer de sua história, delimitou como seu objeto de estudo e finalidade precípuos os processos educativos em escolas e em outros espaços, sobremaneira a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional. É necessário destacar que, nas primeiras propostas para o curso, a ele se atribuiu o estudo da forma de ensinar, definido, inicialmente, como lugar de formação de técnicos em educação (ALMEIDA; LIMA, 2012).

¹ Graduada em licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB (2014) e segunda licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Educacional Santo Agostinho (2019), evelynmedeiros23@gmail.com

² Doutoranda no programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, karla_adfe@hotmail.com

Nas séries iniciais do Ensino Fundamental o componente curricular de História tem passado por variadas transformações a partir do momento em que ela perdeu o vínculo com a disciplina de Geografia, se tornando um componente curricular único e com características próprias. Nos últimos tempos o ensino da disciplina foi consolidado em suas peculiaridades. Nos primeiros anos da educação básica, a princípio, a criança não entende o sentido de História em seu contexto de temporalidade, tema que está inserido no currículo escolar e deve ser trabalhado para que criança consiga construir esta noção já nos primeiros anos de escolarização. (PEREIRA; PACHECO, 2011).

Linhares e Cavalcante (2012) destacam que o ensino de História deve ser considerado de suma importância, uma vez que contribui para desenvolver na criança a percepção de si como sujeito integrante de uma sociedade historicamente determinada, mas também capaz de determinar sua própria trajetória.

Sabemos que, nem sempre, o conhecimento da história atrai os alunos, especialmente nas séries iniciais do ensino fundamental. Por isso, em muitos casos, os professores necessitam ter uma interação maior com os alunos a fim de que eles possam absorver melhor o conteúdo ensinado.

Em se tratando especialmente do curso de Pedagogia, Almeida e Lima (2012) ressaltam que essa licenciatura possui um currículo que abrange uma formação generalista caracterizada pelos componentes de Didática, Psicologia, Sociologia, Filosofia, entre outras, e a formação específica em determinadas áreas do conhecimento, relacionadas ao processo de aprendizagem dos alunos, mas não se refere, especificamente ao aprofundamento em História e outras disciplinas.

Nessa perspectiva, o presente estudo objetiva compreender a complexidade envolvida no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de História nas séries iniciais do ensino fundamental, considerando que, na maioria das vezes, não é um historiador, mas um pedagogo quem a ministra, bem como toda a preocupação sobreposta sobre os métodos de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental.

A escassez de estudos que abordem esta preocupação quanto aos métodos de ensino nos dias atuais, permeia vários âmbitos educacionais, dentre os quais, a História, especialmente nas séries iniciais do ensino fundamental, torna este estudo bastante relevante, considerando que são pesquisas como esta que apontam as potencialidades interativas sobre facilitar o aprendizado na aquisição de competências históricas a fim de favorecer a literatura científica e contribuir com a formação continuada de estudantes e profissionais de educação em geral.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é uma revisão bibliográfica que, de acordo com Marconi e Lakatos (2007), consiste em um estudo que utiliza material já processado e publicado relacionado ao tema investigado. Essas buscas foram baseadas em revistas, monografias, boletins, teses, livros e outros materiais com o objetivo de confrontar o pesquisador e muito do que já foi escrito e publicado sobre o assunto aqui tratado.

Quanto ao caráter da pesquisa, trata-se de um estudo descritivo, que segundo Mascarenhas (2014) compreende a descrição das características a respeito de determinado fenômeno ou população, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Leite, Silva e Martins (2017) afirmam que para este tipo de pesquisa esta é a abordagem mais apropriada, visto ser um tipo de pesquisa que se preocupa com os problemas sociais e é bastante indicada para os estudos complexos de natureza descritiva.

O método de amostragem trabalhado foi um estudo não probabilístico, a partir de buscas nos sites *Lilacs*, *SciELO* e *Google acadêmico*, a fim de construir as bases referenciais para o estudo. Os autores que embasaram nossa pesquisa foram: Linhares e Cavalcante (2012), Dorotéo (2016), Coelho (2011), Azevedo (2010) e Silva (2013).

Consideramos os textos de cunho bibliográfico que abordam o tema do ensino da História nas séries iniciais da educação básica e rejeitamos os materiais incompletos e/ou textos que não contemplem referência apropriada.

REFERENCIAL TEÓRICO

Perpectivas históricas do ensino de História no Brasil

De acordo com Nascimento (2013), ao nos aproximarmos da História da Educação e das políticas públicas educacionais, precisamos destacar que alguns aspectos das discussões atuais sobre a formação do professor e o lugar que esta ocupa na organização dos cursos de História não são tão recentes quanto se supõe.

A dicotomia teoria/prática, por exemplo, é tão antiga como o estabelecimento dos primeiros cursos de História nas universidades brasileiras ao longo da década de 1930. A legislação educacional pensada e aplicada a partir dos anos 1990 está ligada a um movimento de repensar a formação do professor de História que tem início em finais da década de 1970,

no bojo do processo de luta contra as licenciaturas em Estudos Sociais, e que prosseguiu nas décadas seguintes.

De acordo com Schmidt (2015) é possível considerar que existe a predominância de determinados “cânones” como marcadores de mudanças históricas em relação à história do país e da história mundial, os quais sugeriram a ausência e/ou exclusão de conteúdos que pudessem expandir, quantitativa e qualitativamente, as experiências dos jovens em relação à sua orientação no fluxo do tempo.

Entre estas, destacam-se, por exemplo, a ausência de experiências relacionadas a episódios controversos da história do Brasil, da história de pessoas comuns e da própria história dos jovens, dificultando uma aprendizagem histórica significativa e, portanto, a formação de uma consciência histórica mais complexa, apesar de evidenciarem em suas narrativas marcadores relacionados a guerras, ditaduras e terrorismo como impulsionadores de mudanças, causou preocupação o fato de que essa percepção não vinha acompanhada de posicionamentos ou argumentos de que esses marcadores estivessem articulados a processos de sumanização da própria humanidade.

Nascimento (2013) ressalta que a primeira proposta surgiu com o projeto de Faculdade de Educação, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro, que não chegou a ser organizada. Entretanto, é possível depreender com base no Art. 206 do Decreto nº 19.852/31 que a formação em História e Geografia foi pensada no interior de um único curso, já que a habilitação se faria em História e Geografia. Nos anos seguintes, após publicação do Estatuto das Universidades Brasileiras no ano de 1931, duas experiências locais se efetivaram: por meio de iniciativa do governo estadual foi criada, em 1934, a Universidade de São Paulo, e durante a gestão de Pedro Ernesto à frente da prefeitura do Distrito Federal, foi fundada a Universidade do Distrito Federal.

Embora pertencessem à mesma seção, História e Geografia eram cursos desenvolvidos de forma independente. Apesar de ter tido breve duração, tendo funcionado entre 1935 e 1939, a Universidade do Distrito Federal (UDF) apresenta dois projetos principais de formação de professores. Inicialmente o curso de História, dividido em 3 anos, compreendia disciplinas de conteúdos específicos ao saber historiográfico; fundamentos, “matérias de cultura geral indispensáveis ao exercício do magistério da disciplina escolhida”; e as de integração profissional, que congregavam os estudos de educação propriamente ditos, a formação pedagógica permeava todo o curso e não era um complemento à formação cultural ou específica (NASCIMENTO, 2013).

No século XX, essencialmente após a Segunda Guerra Mundial, os objetivos da história escolar se alteraram de maneira importante e a ideia do cidadão-participante substituiria a do cidadão-súdito e no lugar surgiria uma pedagogia baseada no pensamento histórico, mais apropriado ao aprendizado das capacidades intelectuais e afetivas, necessárias ao exercício autônomo e competente de suas responsabilidades cívicas (SILVA; ROSSATO, 2013).

Para Lima e Azevedo (2013) as propostas curriculares de ensino de História, dentro dos padrões mais atualizados, preocupam-se em envolver o aluno por meio da problematização das temáticas, partindo de uma abordagem que privilegie o mundo cultural do discente, de maneira especial. A grande questão tem sido como tornar o conhecimento escolar significativo, mantendo-o atualizado com as tendências historiográficas recentes, as quais remontam à chamada Escola dos Annales.

Os Annales constituíram-se em um movimento surgido com a intenção de superar a influência positivista ao renovar e ampliar o quadro das pesquisas históricas. Abriu o campo da História para o estudo de atividades humanas, até então pouquíssimo estudadas. Substituiu a noção de fontes e objetos históricos, além de destacar em suas investigações, os métodos interdisciplinares.

Lima e Azevedo (2013) afirmam que a história experimentou, nos últimos anos, uma renovação de suas bases teóricas e metodológicas, a qual tem refletido em concepções e práticas pedagógicas. A grande questão é a aproximação entre teoria e prática na formação dos profissionais da História. Estes precisam estar conscientes de seu papel social na lida com a memória dos grupos sociais e com as diferentes linguagens que esses grupos produzem.

A formação do pedagogo: uma perspectiva histórica

Sokolowski (2013) ressalta que quando pensamos o resgate histórico do curso de Pedagogia é necessário ter por base, principalmente, a legislação educacional bem como as políticas educacionais que fundamentaram esses aspectos legais.

A justificativa da opção de analisar a evolução histórica do curso de Pedagogia baseando-se na legislação educacional é bem argumentada. Foi no ano de 1932 que um grupo de intelectuais educadores sob a inspiração de novos ideais de educação lançou um movimento de renovação educacional e publicou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dentre outros assuntos, o manifesto incorporou as reivindicações populares por mais escolas e defendeu a universalização do ensino.

No ano de 1968, por força da Lei nº 5.540, o curso deixou de fazer parte das Faculdades de Filosofia, uma vez que a seção de Pedagogia dentro da Faculdade de Filosofia deixa de existir. Então a formação em Pedagogia passa a ser oferecida pelas Faculdades de Educação, regulamentadas através do Parecer CFE nº 252/1969 e da Resolução CFE nº 2/1969, que estabeleciam as normas de seu funcionamento em conformidade com os princípios da Lei 5.540/1968 (ARANTES, GEBRAN, 2014).

Para Almeida e Lima (2012) um dos marcos importante para o curso de Pedagogia foi o parecer do Conselho Federal de Educação de nº 252, de 11 de abril de 1969 de autoria do professor Valmir Chagas, membro do Conselho Federal de Educação. Esse parecer foi acompanhado da Resolução CFE nº 02/69 que fixou o currículo mínimo e a duração do curso. Essa regulamentação manteve a formação de professores para o Ensino Normal e introduziu, oficialmente, as habilitações para formar os especialistas responsáveis pelo trabalho de planejamento, supervisão, administração e orientação, que constituíram, a partir de então, um forte meio de identificar o pedagogo, as habilitações foram amplamente difundidas, tornando-se nucleares para o curso ao longo de grande parte de sua trajetória.

Almeida e Lima (2012) destacam que na década de 1980 o curso de Pedagogia foi receptor de inúmeras críticas e apontava a fragmentação de forte caráter tecnicista e a ênfase na divisão técnica do trabalho na escola. Nesse período, foram intensos os movimentos pela reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação, levantando a bandeira de um curso de Pedagogia baseado na formação de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Duas modificações eram apontadas como marcantes, naquele momento: a extinção das habilitações e a inserção de disciplinas que faziam parte do que se denominava de “eixo prático do currículo”. Vários comentários, no interior da Faculdade de Educação da Unicamp, tanto por parte de professores quanto de alunos veteranos se faziam presentes, uns apoiando as mudanças efetivadas e outros criticando. Os que apoiavam afirmavam que a nova organização curricular propiciaria a superação da fragmentação na formação do pedagogo e, também, da dicotomia entre a teoria e a prática no processo de formação. As críticas recaíam, principalmente, sobre o “eixo prático do currículo” afirmando-se que a inserção de atividades práticas desde o início da formação não garantiria a superação do que se considerava um dos grandes problemas nos processos formativos dos educadores: a unidade entre teoria e prática (COUTINHO, 2013).

De acordo com o Parecer CFE nº. 252/1969, o Curso de Pedagogia passou a conferir apenas o grau de licenciado, abolindo o de bacharel, pautado pelo núcleo central do curso que

focava o pedagógico a serviço da docência, enquanto a Didática, antes uma seção e, portanto, um curso à parte, se tornou disciplina obrigatória do curso.

Todavia de acordo com Almeida e Lima (2012) observa-se que desde 1985, o curso de Pedagogia tem oferecido uma gama de habilitações, o que tem possibilitado a estes profissionais atuar em diversos espaços, contemplando uma ação pedagógica múltipla, em que o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade.

No momento atual, com a implantação de diferentes mecanismos de avaliação das atividades docente e discente, o pedagogo precisa adequar sua formação e atuação às pressuposições das avaliações a que, tanto ele como o aluno serão submetidos. A educação transformou-se em um meio para se alcançar a meta de boa classificação nos testes, difundindo a ideologia de que no mundo do trabalho vencem os melhores (SOKOLOWSKI, 2013).

Cada disciplina que se debruça, de alguma forma, sobre a prática pedagógica centra sua atenção em um aspecto constitutivo do trabalho pedagógico encaminhando a formação do pedagogo em função das finalidades estabelecidas pelo objeto de estudo de sua área específica.

Assim, a Psicologia Educacional enfatiza o aluno, sujeito da sua própria aprendizagem; a Didática foca os processos de ensino-aprendizagem deixando claro que não é de sua alçada tratar das finalidades educativas responsabilidade esta da Filosofia e Sociologia da Educação; a Administração Escolar, por sua vez, aborda as questões relativas à organização e funcionamento da estrutura educacional (COUTINHO, 2013).

Sokolowski (2013) destacam que o pedagogo de hoje precisa dar conta de novos desafios, como os relacionados com o aumento da escolaridade obrigatória e a maior responsabilidade social da escola, em consequência da diminuição de influência de alguns dispositivos tradicionais de regulação social como a família e a igreja.

Por razões lógico-conceituais, o curso de Pedagogia pode incluir o curso de formação de professores de Educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, mas não ser reduzido a ele, não há em nenhuma sustentação teórica, nem pela epistemologia, nem pela tradição da teoria pedagógica, a afirmação de que a base de formação do pedagogo é a docência. O raciocínio mais límpido diz que o campo da Pedagogia é a reflexão sobre as práticas educativas, em sua diversidade, uma delas o ensino, ou seja, a docência (ARANTES, GEBRAN, 2014).

Mecanismos de facilitação na aquisição de competências históricas.

Como vimos, o curso de Pedagogia passou por diversos embates para a constituição de sua epistemologia e ainda resiste às ameaças sobre o desmerecimento da identidade de seus profissionais. No entanto, sabemos que, até pelo tempo que seria necessário para uma formação tão complexa, é bastante superficial o estudo sobre os componentes curriculares que devem ser ensinados nos primeiros anos de ensino fundamental (como a História), pois os professores licenciados para tal só atuam no ensino fundamental II, e a Pedagogia, como já vimos, detém-se, especificamente ao estudo da Educação, seus fundamentos, métodos e técnicas.

Assim, Dorotéio (2016) destaca que o ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental mostra-se como sendo desafiador no atual cenário educacional: avanços metodológicos e historiográficos no saber de referência; docentes não historiadores; público infantil, com as especificidades do ser criança; inúmeras dificuldades pedagógicas e estruturais que constituem a realidade das escolas nacionais. Entre os elementos apontados por esse artigo, destacam-se algumas mudanças e permanências que endossam os desafios citados.

De acordo com Bernardino (2014) os alunos, em especial os das séries iniciais, não são desafiados a criar, explorar e a participar da construção do conhecimento, nesse sentido o ensino deve oportunizar aos alunos desenvolver capacidades que despertem inquietação diante do diferente, buscar por explicações para o desconhecido e desenvolver uma postura crítica diante dos resultados.

Uma das permanências que mais se evidencia é a manutenção de uma disciplina centrada nos processos de leitura e escrita, o texto permanece como o principal material didático utilizado em sala, quando não, o único. Porém o uso exclusivo do livro didático de História é motivo de críticas, a afirmação de que um terço dos docentes não o utiliza pode ser considerado motivo de preocupação, visto que o livro didático exerce nos anos iniciais uma função intrínseca, a materialização do saber histórico acadêmico, sendo esse material, em muitos casos, o que liga esse docente, envolvido com as diversas disciplinas, ao saber de referência (DOROTÉIO, 2016).

Silva (2014) destaca que os Parâmetros Curriculares Nacionais de História destinados às séries iniciais, demonstram que o conhecimento histórico escolar é entremeado pelos seus métodos de pesquisa, adaptando-os para fins didáticos. O documento defende que a

transposição dos métodos de pesquisa da História para o ensino, desenvolve situações didáticas privilegiadas na construção de capacidades intelectuais autônomas do educando, em relação à leitura e pesquisa de obras humanas do presente e do passado.

O ensino de História destinado às crianças de 1º ao 5ª ano do ensino fundamental, de acordo com Silva (2014), têm algumas peculiaridades que necessitam ser refletidas, com o intuito de reorientar o processo de ensino e aprendizagem do saber histórico escolar. Resignificar o ensino de História, requer repensar práticas pedagógicas, currículo, formação inicial e continuada dos docentes e os materiais didáticos.

Azevedo (2010) destaca que as diferenças básicas entre os dois elementos centrais, memória e História e o meio pelo qual acreditamos que a relação entre estes elementos pode ser construída. Para este autor, o ensino de história escolar durante muito tempo esteve associado à promoção de uma memória específica, que favorecia uma elite relacionada ao poder vigente e a uma versão de nacionalismo que salientava uma concepção do “ser brasileiro”.

Não se pode pensar nas relações de ensino sem fazer as necessárias considerações sobre as relações que se dão na sociedade, a tradicional oralidade da disciplina História, centrada no professor, de lousa e giz ou o contemporâneo pincel concorre com uma diversidade de mídias e com avanços tecnológicos cada vez mais acelerados (DOROTÉIO, 2016).

Para Azevedo (2010) os pilares que servem como sustentação para a história ensinada nas séries iniciais, direcionam o foco do olhar e destacam uma faceta da memória, ou melhor, constroem uma memória específica, que tem uma função ideológica muitas vezes escondida ou camuflada.

Nessa perspectiva, o olhar histórico é desfocado e obscurecido para outra memória específica, tornando pessoas comuns não presentes na historiografia escolar, que quando presentes são colocados em uma perspectiva marginal, desbotada, produzindo uma amnésia, naturalizando uma memória oficial e elevando-a a categoria de dogma imutável, perene, eterno, focando a história nos dignos de memória, um culto a personalidades e vultos, distanciando a história da vida e a vida da história.

De acordo com Linhares e Cavalcante (2012) não podemos ensinar que uma terra foi descoberta quando já estava habitada, que alguém proclamou a independência de um país, sem levar em conta os acontecimentos que respaldaram este ato. Os educadores também não se preocupam em despertar nos alunos a relação que deve existir entre passado e presente,

para uma melhor compreensão e entendimento dos acontecimentos, tornando-os mais reais e possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observamos, no decorrer do estudo, Tanto a História como a Pedagogia sofreu mudanças ao longo de suas trajetórias históricas e de constituição epistemológicas.

Ao final desta pesquisa, acreditamos ter contribuído para a compreensão da complexidade envolvida no processo de ensino e aprendizagem da disciplina de História nas fases iniciais do ensino fundamental, pois ficou evidente, a partir da literatura consultada, que nem sempre o conhecimento da História atrai os alunos e, por isso, se faz importante a dialogicidade entre professores e alunos a fim de ajudar os discentes a se apropriar dos conteúdos de modo que possam construir desde cedo noções básicas de alguns conceitos gerais de História.

Neste sentido, é válido considerar a superficialidade da formação em História, nos cursos de Pedagogia, e destacar a importância da revisão dos métodos e técnicas de ensino, não só de História, mas dos demais componentes curriculares, para que os alunos consigam se apropriar desses conceitos.

É notável a escassez de material que se aprofunde nesta problemática, por isso este estudo vem contribuir para reflexão e debate entre estudante e pesquisadores em Educação.

Por isso, sugerimos que novas pesquisas sejam efetuadas acerca da temática levando em consideração que é um tema ainda pouco explorado e que possibilita um estudo de campo o qual auxiliaria no fortalecimento da literatura científica e na formação de profissionais da educação comprometidos com as boas práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marlisa Bernardi de; LIMA, Maria das Graças de. Formação inicial de professores e o curso de pedagogia: reflexões sobre a formação matemática. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 18, n. 2, p. 451-468, 2012.
- AZEVEDO, Patrícia Bastos de. O desafio do ensino de história nas séries iniciais e a questão do nacionalismo. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 5, n. 3, p. 338-355, 2010.
- ARANTES, Ana Paula Pereira; GEBRAN, Raimunda Abou. O curso de Pedagogia e o processo de formação do pedagogo no Brasil: percurso histórico e marcos legais. **HOLOS**, v. 6, p. 280-294, 2014.

- COELHO, Araci Rodrigues. Ensino de História nas séries iniciais: uma realidade supostamente conhecida (Teaching History in the initial grades: a reality supposedly well known). **Cadernos de História**, v. 12, n. 17, p. 93-110, 2011.
- COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti. A questão da prática na formação do pedagogo no Brasil: uma análise histórica. 282 f. **Tese (Doutorado)** - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250866/1/Coutinho_LucianaCristinaSalvatti_D.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019
- DOROTÉIO, Patrícia Karla Soares Santos. Ensinar história nos anos iniciais do Ensino Fundamental: desafios conceituais e metodológicos. **História & Ensino**, v. 22, n. 2, p. 207-228, 2016.
- LEITE, M.C.S. R.; SILVA, A. J. P.; MARTINS, E.S. Pesquisa qualitativa em teses de doutorado: uma análise do triênio 2013-2015. **Rev. Expressão Católica**. v.6, n.1, p. 43- 53, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324851434_PESQUISA_QUALITATIVA_EM_TESSES_DE_DOUTORADO_UMA_ANALISE_DO_TRIENIO_2013-2015. Acesso em: 06 maio. 2018.
- LIMA, Aline Cristina Silva; AZEVEDO, Crislane Barbosa. A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de história: um diálogo possível. **Revista Educação e Linguagens**, v. 2, n. 3, 2013.
- LINHARES, Francisco Reginaldo; CAVALCANTE, Andreza Emicarla Pereira. O ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental: um diálogo epistemológico sobre a construção e representação da noção de tempo. **Realize Editora**, Campina Grande, p.1-14, 2012.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos em metodologia científica**. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo, Atlas, 2007.
- MASCARENHAS, S. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. 125 p.
- NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 265-304, 2013.
- PEREIRA, Jean Carlos Cerqueira; PACHECO, Miranda Bastos. O ensino de história nas séries iniciais. **Jornada HISTEDBR**. Campinas, SP, v. 2, n. 2, 2011.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Aprendizagem da “burdening history”: desafios para a educação histórica. **MNEME-Revista de Humanidades**, v. 16, n. 36, p. 10-26, 2015.
- SILVA, Cristiani Bereta; ROSSATO, Luciana. A didática da história e o desafio de ensinar e aprender na formação docente inicial. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 3, p. 65-85, 2013.
- SILVA, Elvis Roberto Lima da. Materiais didáticos e as múltiplas linguagens no ensino de História dos anos iniciais. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, p.1-16, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371147152_ARQUIVO_TEXTOANPUH2013MateriaisdidaticoseasmultiplaslinguagensnoensinodeHistoriadosanosiniciais.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.47
- SOKOLOWSKI, Maria Teresa. História do curso de Pedagogia no Brasil. **Comunicações**, v. 20, n. 1, p. 81-97, 2013.